



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2017-SEPLAG, nos termos do Padrão nº 07/2002.

Processo SEI nº: 0410-002948/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF) e da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEF/DF), ambas com sede nesta capital, inscritas, respectivamente, no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07 e no CNPJ/MF sob n.º 00.394.684/0001-53, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS** portadora da cédula de identidade RG nº 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, e por **WILSON JOSÉ DE PAULA** portador da cédula de identidade RG n.º 703.386, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 301.609.361-87, na qualidade de Secretário de Estado de Fazenda - Interino, doravante denominadas **CONTRATANTE**, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e, de outro lado, a empresa **LTA-RH INFORMÁTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, com matriz sediada na Avenida Ipiranga, nº 2640, bairro Santa Cecília, CEP: 90.610-000, Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 94.316.916/0001-07, neste ato representada por sua com filial inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 94.316.916/0005-22, localizada no SCN, Quadra 02, Bloco “A”, Sala 18, CEP: 70.712-900, Brasília – DF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **ALEXANDER COSTA BARCELOS** portador da cédula de identidade n.º 2.035.263.058 expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF/MF sob n.º 594.509.830-20 na qualidade de Sócio Administrador da empresa, celebram o presente ajuste pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 34/2016 (fls. 113 a 190 - 1491215), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que culminou com a edição das Atas de Registro de Preços nº 0003/2017-ANEEL (fls. 45 a 50 - 1491310) e nº 0082/2016-ANEEL (fls. 53 a 58 - 1491310), demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), especificada no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 34/2016 (fls. 137 a 183 - 1491215), com aprovação pela SUTIC (fls. 69 a 70 - 1491310) e pela Autoridade máxima da Pasta (1599586); com fundamento no Decreto Distrital nº 37.667/2016, no Decreto Distrital nº 36.519/2015, no Decreto Distrital nº 36.520/2015, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010, na Portaria Conjunta – SEPLAG/SEF - nº 5/2017, na Proposta de Preços (fls. 115 a 146 - 1491366) com a atualização tecnológica (fls. 153 a 186 - 1491366), na Lei nº 8.666/1993, e demais legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de Solução de Tecnologia da Informação (STI) constituindo no Fornecimento, Instalação e Garantia de Servidores de Rede Tipos 1 e 2 para a Subsecretaria de Tecnologia e Comunicação (SUTIC/SEPLAG), de acordo com as disposições e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 34/2016 (fls. 137 a 183 - 1491215), com aprovação pela SUTIC (fls. 69 a 70 - 1491310) e pela Autoridade máxima da

Pasta (1599586), e da Proposta de Preços (fls. 115 a 146 - 1491366) com a atualização tecnológica (fls. 153 a 186 - 1491366), conforme detalhamento a seguir:

ESPECIFICAÇÕES						
ITEM DO PE Nº 34/2016	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	ÓRGÃO/ ENTIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	0003/2017-ANEEL	SEPLAG (UASG: 925041)	Fornecimento, instalação e garantia de Servidores de Rede Tipo 1, conforme especificações constantes do item 3.3 do Anexo I do PE Nº 34/2016-TERMO DE REFERÊNCIA.	14	R\$ 109.500,00	R\$ 1.533.000,00
4	0082/2016-ANEEL	SEPLAG (UASG: 925041)	Fornecimento, instalação e garantia de Servidores de Rede Tipo 2, conforme especificações constantes do item 3.4 do Anexo I do PE Nº 34/2016-TERMO DE REFERÊNCIA.	8	R\$ 75.900,00	R\$ 607.200,00
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO (R\$)						R\$ 2.140.200,00

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos Artigos 6º e 10º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total global do Contrato é de **R\$ 2.140.200,00 (dois milhões, cento e quarenta mil e duzentos reais)** e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 19101

II – Programa de Trabalho: 04.122.6203.3102-0001

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.52

IV – Fonte de Recursos: 135012216

6.2 - O empenho é de **R\$ 2.140.200,00 (dois milhões, cento e quarenta mil e duzentos reais)**, conforme **Nota de Empenho nº 2017NE01287(1702975)**, emitida em 28/07/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.5 - O ressarcimento financeiro decorrente de eventuais atrasos de pagamento será calculado do dia subsequente ao vencimento da nota fiscal/fatura até a data do efetivo pagamento mediante a aplicação de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano sobre a parcela em atraso “pro rata die”.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado do CONTRATADO.

7.7 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os materiais não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

7.8 - O CONTRATANTE poderá interromper o prazo de processamento do pagamento sem que represente qualquer ônus, quando a nota fiscal/fatura estiver em desacordo com o estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico nº 34/2016 e em seus Anexos e/ou a contiver erros de preenchimento a cargo do CONTRATADO que comprometam a compreensão, inteligência e interpretação de toda a cobrança encaminhada, sem prejuízo do pagamento da parcela incontroversa.

7.9 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será observado o item 17 do Edital de Pregão Eletrônico nº 34/2016, bem como adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.10 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.11 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011, alterado pelo Decreto nº 36.135/2014.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, correspondendo ao valor de **R\$ 107.010,00 (cento e sete mil e dez reais)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e da IN 02/2008-SLTI-MPOG recepcionada pelo Decreto nº 36.063/2014, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - O prazo para a prestação da garantia será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO, sob pena de sanções previstas na legislação vigente e elencadas neste instrumento;

V - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

VI – A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade de 12 (doze) meses, e após 3 (três) meses do término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do CONTRATO, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO;

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria;

d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e
2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

j) A garantia prevista no inciso VI somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, desta Instrução Normativa, observada a legislação que rege a matéria.

9.3 GARANTIA DO EQUIPAMENTO

9.3.1 - O CONTRATADO deverá apresentar Termo de Garantia, conforme modelo do **ANEXO V** do Edital, na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo:

9.3.1.1 - A garantia mínima **será de 60 (sessenta) meses**, a partir do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo, contra qualquer defeito que o produto possa apresentar, sendo excluídos apenas defeitos ocasionados por mau uso;

9.3.1.2 - Durante todo o período de garantia, o CONTRATADO será responsável pelo atendimento aos chamados para assistência técnica nos prazos de que trata o Edital;

9.3.1.3 - Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, o próprio CONTRATADO, às suas expensas, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, está obrigado a:

9.3.1.3.1 - Prestar atendimento presencial e telefônico às solicitações do CONTRATANTE para manutenção corretiva de hardware ou software, conforme o item, observando o disposto na TABELA 3 de classificação informada no item 9.4 - Prazos de Atendimento e dos prazos definidos na mesma;

9.3.1.3.2 - Substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos em um prazo máximo de 1 (um) dia após o primeiro atendimento relativo ao chamado;

9.3.1.3.3 - Corrigir defeitos de fabricação ou de projeto, fornecer novas versões e atualizações de firmware e dos softwares que acompanham a solução proposta, inclusive as atualizações;

9.3.1.3.4 - Manter um serviço de atendimento telefônico, em língua portuguesa, visando garantia, esclarecimento de dúvidas, análise de eventuais problemas e a proposição de soluções, para os elementos objetos desta contratação. Tal serviço deverá estar disponível em regime 24x7, de segunda a segunda-feira.

9.3.1.4 - A substituição de equipamento, peças ou componentes defeituosos, em qualquer caso, deverá ser feita por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar todas as características técnicas especificadas no Edital, ou que possua características superiores a estas. Os equipamentos, as peças e/ou componentes de substituição devem ser novos, não sendo aceitos itens reconicionados.

9.3.1.5 - Correrá por conta exclusiva do fornecedor a responsabilidade pelo deslocamento do seu técnico ao local da instalação ou manutenção do equipamento, bem como pela retirada e entrega do mesmo e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondente.

9.3.1.6 - Deverá ser disponibilizado suporte da garantia para atendimento aos chamados técnicos. Define-se suporte da garantia a prestação de suporte por telefone ou e-mail, por técnico especializado com conhecimento dos equipamentos descritos no edital, para solucionar problemas e esclarecer dúvidas.

9.3.1.7 - O suporte da garantia será realizado sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE de forma que estejam sempre resguardadas as suas instalações, por meio da abertura de chamado técnico via Central de Atendimento, disponibilizada pelo CONTRATADO, constituída de estrutura de pronto atendimento 24x7.

9.3.1.8 - O suporte da garantia consiste essencialmente nos procedimentos destinados a reparação de eventuais falhas e compreendem os serviços de conserto, reparos e/ou substituição de equipamentos instalados, componentes e dispositivos, bem como sua configuração e gerenciamento, a fim de garantir o seu perfeito funcionamento dentro das condições operacionais especificadas pelos

fabricantes decorrente do prazo de garantia.

9.3.1.9 - Do hardware: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware, atualização da versão de drivers, firmwares e software básico, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

9.3.1.10 - Do software (aplicativos e sistema operacional): desinstalação, reconfiguração ou reinstalação, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

9.3.1.11 - Quanto às atualizações pertinentes aos softwares, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado.

9.3.1.12 - Nos casos em que se faça necessária a interferência em ambientes em operação de produção, a critério do CONTRATANTE, os serviços deverão ser executados em horários estipulados pelo CONTRATANTE. Estes serviços deverão ser previamente agendados, com uma relação nominal dos profissionais do CONTRATADO que serão escalados, contendo identificação e horários de trabalho.

9.3.1.13 - Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação do CONTRATANTE, sendo que o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento.

9.3.1.14 - Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como: a anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e severidade do chamado.

9.3.1.15 - O técnico do CONTRATADO deverá, após o atendimento do chamado, apresentar uma Ordem de Serviço constando, obrigatoriamente, a descrição clara do problema eventualmente encontrado, descrevendo os procedimentos efetuados e equipamentos, componentes ou dispositivos que eventualmente tenham sido substituídos, o número de série (fabricação), modelo, bem como um ateste de funcionamento da rede com base nas especificações e melhores práticas recomendadas pelo fabricante, a data da intervenção, a identificação do técnico que efetuou o atendimento.

9.3.1.16 - Durante o suporte da garantia as correções serão realizadas sempre que solicitadas de forma que estejam sempre resguardadas as instalações do CONTRATANTE, por meio da abertura de chamado técnico.

9.3.1.17 - Em caso de insucesso na solução do incidente entre o prazo de início de atendimento, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa e cronograma para solução completa do incidente, sujeitos a aprovação pelo CONTRATANTE.

9.4 - Quanto aos PRAZOS DE ATENDIMENTOS, nos termos do Edital, os chamados do SUPORTE DA GARANTIA serão devidamente classificados e deverão ser atendidos nos prazos da TABELA 3 abaixo:

NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO	DIAGNÓSTICO
01	<u>Crítico:</u> Serviço parado ou que possa tornar inoperante o ambiente de produção do CONTRATANTE por inteiro, ou uma parte majoritária desta que é essencial aos negócios diários.	O CONTRATADO deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pelo CONTRATANTE. No prazo máximo de 04 (quatro) horas subsequentes ao início do atendimento do incidente o CONTRATADO deverá diagnosticar o problema e entregar cronograma com a descrição dos procedimentos já adotados bem como, se for o caso, os ainda
02	<u>Urgente:</u> Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação que impacta o ambiente de produção do CONTRATANTE. Tem como principal característica o fato de apesar de observada a degradação, os serviços continuam em operação.	O CONTRATADO deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 08 (oito) horas, contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pelo CONTRATANTE. No prazo máximo de 16 (dezesesseis) horas subsequentes ao início do atendimento do incidente o CONTRATADO deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente.
03	<u>Rotina:</u> Representam falhas mínimas do ambiente do CONTRATANTE não afetando a performance, serviço ou operação ou ainda a função afetada só e usada eventualmente ou temporariamente.	O CONTRATADO deverá iniciar o atendimento do incidente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pelo CONTRATANTE. No prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao início do atendimento do incidente o CONTRATADO deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do
04	<u>Programada:</u> Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, avaliação de ambiente, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas.	O CONTRATADO deverá iniciar o atendimento do chamado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da abertura do chamado de suporte técnico pelo CONTRATANTE. No prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao início do atendimento do chamado o CONTRATADO deverá entregar o cronograma para a sua solução completa.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - Nomear Gestor e Fiscais, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;

10.2 - Encaminhar formalmente a demanda, por meio de Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

10.3 - Receber o objeto fornecido pela contratada desde que esteja em conformidade com a proposta aceita;

10.4 - Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando à unidade da ANEEL gerenciadora das Atas de Registro de Preços;

10.5 - Efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

10.6 - Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

10.7 - Assegurar que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à SEPLAG, justificando os casos em que isso não ocorrer.

10.8 - Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução de serviços;

10.9 - Permitir o acesso às dependências da SEPLAG, dos técnicos, da CONTRATADA, responsáveis pela execução dos serviços;

10.10 - Quando nas dependências da SEPLAG, os técnicos ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da SEPLAG, inclusive àqueles referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências;

10.11 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;

10.12 - Verificar se a instalação dos softwares e equipamentos solicitados foi executada, homologada e está em conformidade com os requisitos e condições do Edital;

10.13 - Verificar, a cada atualização de licenças de softwares internos e externos da solução de Rede de dados, se estas foram feitas de acordo com os requisitos e condições do Edital;

10.14 - Verificar se a solução de instalação, manutenção e gerenciamento de redes adquirida foi

executado e concluído de acordo com os requisitos e condições do Edital;

10.15 - Prover o ambiente operacional para execução de todas as tarefas necessárias à consecução deste trabalho;

10.16 - Estabelecer normas e diretrizes para a execução dos serviços bem como o provimento das informações necessárias ao desenvolvimento das atividades pelo CONTRATADO;

10.17 - Receber e armazenar devidamente as mídias e documentação referente aos softwares internos e externos que compõem a solução de protocolo digital;

10.18 - Gerir a abertura de chamados e sua finalização dentro dos prazos acordados;

10.19 - Após a entrega dos bens / prestação dos serviços e aprovação dos mesmos de acordo com as especificações do Edital, o CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório para cada um dos itens, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação ao CONTRATADO;

10.20 - Após a conclusão da entrega e prestação de os serviços de cada um dos bens solicitados, o CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo respectivo ao bem entregue. Efetuará os pagamentos ao CONTRATADO na forma e nos prazos previstos no edital, após o cumprimento das formalidades legais;

10.21 - Como formas de acompanhamento da contratação (eventos contratuais notáveis para os entregáveis estabelecidos), nos termos do Edital, têm-se:

10.21.1 - Verificação de serviços prestados de garantia técnica e manutenção;

10.21.2 - Monitoramento do atendimento de demandas;

10.21.3 - Avaliação da qualidade de atendimento e resolução das demandas;

10.21.4 - Avaliação da entrega e instalação de equipamentos e softwares;

10.21.5 - Homologação da instalação e configuração dos equipamentos e softwares entregues; e

10.21.6 - Validação da qualidade e da atualização de novos releases.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - Iniciar os serviços de garantia e manutenção, a contar da data de disponibilização para uso efetivo inicial de equipamentos que compõem a solução de rede de acordo com as especificações descritas no Edital, salvo caso fortuito, em que o CONTRATADO deverá negociar junto ao CONTRATANTE novo prazo factível não superior a 20 (vinte) dias úteis a contar da data de disponibilização para uso efetivo referenciada. Entende-se por disponibilização para uso efetivo a data em que todos os equipamentos solicitados ao CONTRATADO estejam instalados, homologados e pronto para efetiva utilização pelo CONTRATANTE.

11.2 - Entregar as mídias e documentação originais referentes aos softwares da solução de rede em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da primeira disponibilização solução rede solicitada ao CONTRATADO de acordo com as especificações descritas no Edital, salvo caso fortuito, em que o mesmo deverá negociar junto ao Gestor da Ata de Registro de Preços e dos Instrumentos Contratuais o novo prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a contar da data disponibilização efetiva da solução.

11.3 - Realizar os trabalhos em rigorosa observância às prescrições e normas técnicas e legais aplicáveis, assumindo responsabilidade total e exclusiva pela perfeição técnica dos trabalhos, comprometendo-se, em consequência, a efetuar, por sua conta exclusiva e nos prazos determinados pelo CONTRATANTE, as correções e retificações consideradas necessárias, para atendimento das normas técnicas e das recomendações específicas que lhe forem previamente transmitidas.

11.4 - Fornecer todos os materiais/serviços necessários à instalação física, à configuração e ao perfeito funcionamento da totalidade dos equipamentos e componentes cotados.

11.5 - Instalar os equipamentos da solução, bem como suas configurações, devendo ser comprovada a conectividade e a interoperabilidade da solução com a rede local do CONTRATANTE.

11.6 - Elaborar e apresentar todos os produtos de acordo com normas e padrões técnicos compatíveis, claros, completos e suficientemente detalhados, a fim de permitir o seu perfeito entendimento e utilização.

11.7 - Entregar todos os produtos dentro do prazo previsto, discutindo e acordando com o CONTRATANTE qualquer alteração que se torne imperativa.

11.8 - Efetuar todos os pagamentos de impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origem federal, estadual ou municipal, bem como das contribuições sociais incidentes e dos registros exigidos para a execução dos trabalhos contratados.

11.9 - Solicitar ao CONTRATANTE, instruções específicas que considerar necessárias para a realização dos trabalhos. A falta de instruções aqui mencionadas não diminui e nem afasta a responsabilidade total e exclusiva do CONTRATADO pela qualidade e perfeição técnica dos trabalhos.

11.10 - Manter e exigir dos profissionais envolvidos no projeto sigilo sobre os trabalhos objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2016, ficando-lhe assegurado, entretanto, o direito de mencionar em seu currículo e no de seus colaboradores o nome do CONTRATANTE e a natureza dos trabalhos realizados.

11.11 - Elaborar os trabalhos especificados observando todas as condições especificadas no Edital e no Contrato, sob pena de sujeitar-se a sanções.

11.12 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

11.13 - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

11.14 - Dimensionar o esforço necessário para a elaboração dos serviços, não cabendo posteriormente, acréscimos nos preços contratados por conta de eventuais desconhecimentos das condições ora previstos e do escopo do objeto contratado.

11.15 - Disponibilizar, a partir da assinatura deste Contrato, preposto encarregado do seu gerenciamento.

11.16 - No trato de informações classificadas como Reservadas pelo CONTRATANTE, o CONTRATADO se compromete a seguir o previsto na legislação pertinente adotada no âmbito do Governo do Distrito Federal.

11.17 - Arcar com todas as despesas destinadas à cobertura dos tributos resultantes da execução dos instrumentos contratuais, ficando estabelecido que seus empregados não tenham nenhum vínculo trabalhista com o CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto dos instrumentos contratuais.

11.18 - Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços.

11.19 - Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

11.20 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento contratual.

11.21 - Manter um preposto responsável pelo atendimento às demandas do CONTRATANTE, o qual terá as seguintes obrigações, dentre outras:

11.21.1 - Representar o CONTRATADO na execução deste instrumento contratual.

11.21.2 - Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do CONTRATANTE em tempo hábil.

11.21.3 - Encaminhar todas as comunicações, mídias e documentações ao CONTRATANTE em tempo hábil.

11.21.4 - Estabelecer, junto ao representante do CONTRATANTE, os detalhes operacionais dos termos e condições para realização dos serviços.

11.21.5 - Gerenciar e supervisionar os aspectos administrativos da execução dos serviços contratados (e.g. assiduidade e pontualidade dos técnicos prestadores de serviços, encaminhamento de faturas, e relatórios de atividade), franqueando ao fiscal do CONTRATANTE, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização do serviço efetivamente executado.

11.21.6 - Tratar, com o CONTRATANTE, questões relevantes à execução deste instrumento contratual e providenciar a regularização de falhas ou defeitos observados.

11.21.7 - Encaminhar ao CONTRATANTE Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao processamento de pagamento.

11.21.8 - Providenciar a entrega de documentação, relatórios técnicos e manuais operacionais, referentes aos serviços concluídos.

11.22 - PARA A INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO: O CONTRATANTE irá avaliar a qualidade dos serviços executados mediante aprovação de cada atividade de Instalação, que deverá cumprir os seguintes prazos e níveis de qualidade das entregas:

11.22.1 - Documento de Instalação, aprovado pelo CONTRATANTE, contendo o cronograma de execução e os recursos necessários, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis antes do início das atividades de montagem e instalação dos equipamentos;

11.22.2 - Execução dos serviços de Montagem, Instalação e Configuração, de acordo com o item, dos equipamentos ou softwares fornecidos, conforme Cronograma Aprovado de Instalação, dentro do prazo estabelecido no seu Cronograma de Execução;

11.22.3 - Realização do Plano de Testes dos equipamentos ou softwares fornecidos e correção dos eventuais problemas identificados, conforme Cronograma aprovado de instalação, dentro do prazo estabelecido no seu Cronograma de Execução;

11.22.4 - Realização da Transferência de Conhecimento à equipe técnica indicada pelo CONTRATANTE, conforme Cronograma Aprovado de Instalação, dentro do prazo estabelecido no seu Cronograma de Execução;

11.22.5 - Elaboração e entrega da Documentação do Ambiente Instalado, aprovado pelo CONTRATANTE, dentro do prazo estabelecido no seu Cronograma de Execução.

11.23. Todos os equipamentos deverão ser novos e fornecidos com todos os cabos, conectores, manuais e quaisquer outros elementos acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento e adequação ao ambiente já instalado.

11.24 - Todos os equipamentos deverão estar aptos a trabalhar em redes elétricas de 110 e 220VAC, 50/60Hz.

11.25 - Entrega e instalação dos materiais, equipamentos e software: até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de solicitação, salvo caso fortuito, este prazo pode ser prorrogado por igual período mediante a autorização, em que o mesmo deverá informar ao CONTRATANTE, com prazo máximo de 1 (um) dia útil antes do final do prazo.

11.26 - Após a completa instalação dos equipamentos ou softwares, será iniciado o período de avaliação da solução por parte do CONTRATANTE para ajustes finais, com duração de até 15 (quinze) dias corridos, findo o qual será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.27 - Entende-se por completa instalação da solução o recebimento dos equipamentos e sua instalação, deixando-a operacional para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO. O não cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos no Edital, ou ainda a entrega parcial ou entrega de configuração inferior à solicitada implicarão em aberturas de processos de apuração de responsabilidade administrativa e possível rescisão deste Instrumento Contratual.

11.28 - Caso os equipamentos ou softwares sejam diferentes das especificações ou apresentem defeitos, poderão ser considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida devido à rejeição dos mesmos.

11.29 - Os equipamentos novos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em caixas lacradas, de forma a resistir à armazenagem e permitir completa segurança durante o transporte.

11.30 - Juntamente com cada produto entregue deverão constar os respectivos manuais de instruções e demais literaturas técnicas pertinentes, licenças originais de uso permanente de software, bem como respectivas notas fiscais e/ou faturas; essa literatura técnica pode ser entregue em forma eletrônica, em mídia CD-ROM ou similar.

11.31 - O CONTRATADO deverá disponibilizar, para efeito de instalação da solução proposta, técnico(s) treinado(s) pelo fabricante dos equipamentos adquiridos, devidamente comprovado, para a operação e configuração de todos os componentes ofertados.

11.32 - O CONTRATANTE poderá, a seu critério, em qualquer tempo, durante a fase de instalação, solicitar a substituição total ou parcial da equipe apresentada, caso venha a ser constatado pela área de redes ou segurança da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEPLAG/DF que a equipe disponibilizada, total ou parcialmente, não detém os conhecimentos técnicos necessários para a realização dessa instalação.

11.33 - Quanto à ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, o contratado deverá observar:

11.33.1 - Qualquer outro aplicativo como programas adicionais que sejam pré-requisitos do objeto

também deverão ter suas mídias e licenças fornecidas na data de entrega da ferramenta.

11.33.2 - Serão de responsabilidade da empresa vencedora todos os serviços de instalação, reinstalação, programação, reprogramação, componentes, atualizações de firmware, atualizações de softwares e acessórios que sejam necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos durante o prazo de garantia.

11.33.3 - É necessária a entrega de documentação contendo: as informações necessárias para a abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente); acesso à área de garantia técnica através de endereço eletrônico (web site).

11.33.4 - Ao final da execução dos serviços e atividades de atualização tecnológica o CONTRATADO deverá encaminhar ao CONTRATANTE o Relatório de Atividades de Atualização Tecnológica contendo:

11.33.4.1 - Motivo da atualização tecnológica;

11.33.4.2 - Relação de softwares atualizados; e

11.33.4.3 - Descrição dos serviços executados.

11.34 - Quanto ao RECEBIMENTO, o contratado deverá observar:

11.34.1 - Após o recebimento e instalação dos equipamentos/ softwares, será firmado, em duas vias, o Termo de Recebimento Provisório – TRP.

11.34.1.1 - O período de avaliação da solução por parte do CONTRATANTE para ajustes finais será de até 15 (quinze) dias corridos;

11.34.1.2 - Decorrido o prazo estipulado para os ajustes finais do TRP, será realizada a conferência para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

11.34.2 - O recebimento provisório dos equipamentos/software não implica sua aceitação.

11.34.3 - Uma vez verificada a adequação dos equipamentos/software fornecidos e instalados, o CONTRATANTE, por meio da área técnica responsável, emitirá, em 02 (duas) vias, um Termo de Recebimento Definitivo para correspondente Nota de Empenho/Contratado, conforme o disposto no art. 73, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais regulamentações legais.

12.2 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 - Caso a contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006, nº 27.069/2006, nº 35.831/2014** e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela

Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao

Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as

aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1- As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O CONTRATO poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no CONTRATO, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Acompanhamento e Fiscalização

17.1 - A execução e a fiscalização da entrega dos materiais e dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão especialmente designada para esse fim, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

17.2 - A CONTRATADA deverá apresentar documentos complementares, que poderão ser aceitos pelo CONTRATANTE, para comprovação do serviço prestado.

17.3 - Mecanismos de inspeção e avaliação (na execução contratual):

17.3.1 - A qualidade do equipamento/serviço será avaliada em duas fases. A primeira avaliação será no aceite preliminar e definitivo. A segunda fase de avaliação será durante a execução contratual.

17.3.2 - A qualidade do equipamento/serviço na fase de execução contratual será avaliada pelos fiscais do contrato que reportarão ao gestor possíveis defeitos no equipamento/serviço;

17.3.3 - Na fase contratual haverá somente o acompanhamento da execução dos serviços pelos fiscais Técnico, Requisitante, Administrativo e pelo Gestor do contrato, que eventualmente poderão solicitar da contratada comprovação relativa ao serviço que está sendo executado, além dos já previstos o item – Documentação mínima exigida.

17.3.4 - A SEPLAG designará formalmente os Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo para realizar a fiscalização contratual em todas as suas fases de acordo com a Seção III da Instrução

Normativa nº 04/2014-SLTI/MP, que trata da Gestão do Contrato.

17.3.5 - Adoção de ferramentas, computacionais ou não, para implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos;

17.3.6 - Não há necessidade de utilização de ferramentas computacionais para aferição e acompanhamento dos indicadores dos chamados de suporte e assistência técnica, que são baseados na medição do tempo de resolução dos chamados.

17.3.7 - Origem e formas de obtenção das informações necessárias à gestão e à fiscalização do contrato, conforme disposto na alínea "b" do inciso I do art. 19 da Instrução Normativa nº 04/2014-SLTI/MP;

17.3.8 - A contratada deverá apresentar mensalmente relatórios dos serviços prestados, previstos no item – Documentação mínima exigida;

17.3.9 - A SUTIC/SEPLAG manterá os seus próprios registros e anotações referentes à solução que servirão de base para a fiscalização contratual;

17.3.10 - A equipe de fiscalização deverá observar o roteiro descrito no item Requisitos Temporais do Anexo I – Especificação dos Requisitos da Contratação;

17.3.11 - Durante a execução dos serviços de garantia, verificar se todas as peças e componentes da solução são da mesma marca que compõem o equipamento adquirido, devendo ser novas e de primeiro uso;

17.3.12 - As diligências aplicáveis são as previstas conforme § 3º, inciso VI, art. 43, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

WILSON JOSÉ DE PAULA
Secretário de Estado de Fazenda - Interino

Pela **CONTRATADA**:

ALEXANDER COSTA BARCELOS

Sócio da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 08/08/2017, às 19:11, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexander Costa Barcelos, Usuário Externo**, em 09/08/2017, às 13:46, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WILSON JOSE DE PAULA - Matr.0046214-4, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal**, em 11/08/2017, às 18:51, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=1767367)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=1767367)
verificador= **1767367** código CRC= **60395E86**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 503 - CEP 70075900 - DF